



Livros digitais e os modelos de negócios

Liliana Giusti Serra^a, José Fernando Modesto da Silva^b

^a*Universidade de São Paulo, Brasil, lgiustiserra@gmail.com*

^b*Universidade de São Paulo, Brasil, fmodesto@usp.br*

Resumo

O estudo enfoca a questão do licenciamento de livros digitais pelas bibliotecas a partir da análise dos principais modelos de negócios existentes (Aquisição perpétua, Assinatura, DDA, STL e EBS), com o objetivo de analisar as alterações decorrentes para o desenvolvimento de coleções. A partir de revisão de literatura e dos relatos de experiências identificam-se particularidades e características dos modelos de negócios e suas implicações para a gestão dos acervos bibliográficos, apresentando fragilidades como a perda de controle dos títulos presentes nas coleções, opções na substituição de títulos etc. Destacam as perspectivas de licenciamentos transitórios, como o aluguel de conteúdos sendo realizado para atender demandas imediatas dos usuários. Como resultado, espera fornecer subsídios aos bibliotecários de forma a orientá-los na identificação e seleção dos modelos de negócios adequados às necessidades de suas instituições. Conclui que os livros digitais devem ser considerados nas políticas de desenvolvimento de coleções de bibliotecas e estas devem garantir ao seu público o acesso aos conteúdos, à informação e à cultura.

Palavras-chave: Livro digital, Conteúdo licenciado, Modelos de negócios, Desenvolvimento de coleções.

Introdução

A inclusão de livros digitais nos acervos acarreta em transformações nas bibliotecas, principalmente no que concerne ao processo de licenciamento de conteúdo, realizado com a aplicação de modelos de negócios. Em relação aos livros impressos, os digitais apresentam desafios e oportunidades que afetam o desenvolvimento de coleção, a aquisição e o acesso à informação, especialmente por englobar diversas modalidades de licenciamento. Conhecer as modalidades é, portanto, objetivo do artigo, para subsidiar o bibliotecário na curadoria da coleção. De acordo com a IFLA (*International Federation of Library Associations and Institutions*), o desenvolvimento de coleções é afetado pelo advento dos livros digitais a partir do momento em que as bibliotecas, que sempre decidiram sobre quais obras adquirir e emprestar a seus usuários, são obrigadas a submeterem-se aos interesses dos editores e livreiros a respeito dos títulos e da maneira como estes podem fazer parte de seus acervos (IFLA, 2012, p.4). A EBLIDA (*European Bureau of Library, Information and Documentation Associations*) discorre sobre a autonomia das bibliotecas em definir e adquirir as obras de seu interesse, de acordo com a sua política de aquisições, facultando sua utilização aos seus usuários. Segundo a Entidade, o atual quadro jurídico afeta o cumprimento da missão das bibliotecas pelas restrições de empréstimos dos livros digitais adquiridos. Após o licenciamento, o acesso aos títulos contratados deve ser franqueado aos usuários, sem necessidade de realização de novo investimento financeiro, visto que o acesso às obras não interfere nos direitos de autor e, em contrapartida, não afeta a teoria da primeira venda (EBLIDA, 2012, p.1). A ALA (*American Library Association*) destaca que as bibliotecas são protegidas pela teoria da primeira venda (*first sale*), aplicada a objetos físicos, que garante a utilização das obras protegidas por direitos autorais com propósitos de crítica, estudo ou pesquisa (ALA, 2014). Esta teoria permite que uma obra produzida por

um autor e comercializada por um editor/vendedor seja emprestada, vendida ou descartada pelo leitor ou pela biblioteca. As bibliotecas podem, portanto, emprestar os materiais sem a necessidade de solicitar permissão de autores ou editores sempre que um usuário requisitar a consulta dos mesmos (SHEEHAN, 2013, cap.2).

Método

Como metodologia, este estudo caracteriza-se por uma pesquisa descritiva-exploratória, baseada em levantamento bibliográfico coletado de livros, dissertações, teses, artigos de periódicos, trabalhos de eventos, páginas da Internet etc., que abordem o uso dos livros digitais em bibliotecas, e a aplicação de modelos de negócios para licenciamento de conteúdo. Os dados coletados irão subsidiar o referencial teórico do estudo. Também serão utilizados relatos de experiências que apresentam as dificuldades e os benefícios identificados com a inclusão dos livros digitais nos acervos das bibliotecas, além de levantar questões pertinentes aos modelos de negócios adotados, suas particularidades e implicações envolvidas na gestão. O recorte temporal empregado remete à primeira década e meia deste século XXI, reunindo textos de 2005 até o início de 2015, em diversos idiomas, porém com predominância do inglês, e calcado nas experiências de bibliotecas norte-americanas e inglesas.

Resultados e Discussão

As bibliotecas são conhecidas por suas coleções, que refletem o interesse e as características da comunidade usuária, e a habilidade do bibliotecário em comprar, descartar e formar o acervo de acordo com a demanda apresentada. Uma coleção digital não pode ser gerida da mesma forma que uma coleção impressa, pois nem todos os fornecedores estão dispostos a comercializar seus livros digitais (SHEEHAN, 2013, cap. 2). Segundo Doucette e Lewontin (2012, p.60) o desenvolvimento das coleções de livros digitais é visto como um dilema, exatamente pelo fato do processo de aquisição deste tipo de material ter especificidades. A questão da propriedade, por exemplo, é colocada em discussão quando a biblioteca não tem mais a posse do material, mas uma licença de uso que deve ser renovada periodicamente. Enquanto leitores adquirem seus livros digitais em livrarias físicas ou virtuais, as bibliotecas realizam a contratação por meio de fornecedores, mediante adoção de modelos de negócios. Para Grigson (2011, p.26), a escolha de um determinado modelo de negócio deve considerar: 1) a contratação de títulos individuais ou em pacotes; 2) o licenciamento de forma permanente ou transitória; e 3) a escolha da forma de acesso, que varia de um limite numérico à quantidade de usuários com utilização simultânea do conteúdo. De acordo com a ALA (2012, p.1), o mercado editorial de livros digitais se expande de forma rápida, com novas possibilidades de aquisição baseadas em modelos de negócios, e no qual a biblioteca poderá escolher os títulos desejados, ou fará licenciamento de conjuntos de publicações, reunidos em pacotes. Em algumas situações, é o fornecedor quem define quais os títulos serão incluídos no pacote e, em outros casos, ele permite à biblioteca decidir sobre a composição do conjunto de conteúdos.

O licenciamento por pacotes apresenta como vantagem, o custo menor em relação à aquisição de títulos individuais, e a reunião de obras sobre o mesmo tema. Resulta, ainda, em economia de tempo na seleção dos títulos. Entretanto, pode representar o investimento em obras que não apresentam interesse, que não serão utilizadas ou, ainda, contenha a presença das mesmas obras, oferecidas nos pacotes de outros fornecedores, o que caracteriza duplicidade na aquisição (LALLA, 2012, p.27). Outra questão salientada pela autora está relacionada ao desenvolvimento de coleção e a possível

ocorrência de quebra ou não renovação do contrato entre os autores e editores. Apesar das obras poderem ser oferecidas por outro editor quando um autor rompe ou não renova um contrato, a transferência das obras para outro representante não é imediata. Também pode ocorrer o impedimento de comercialização de obras, com o descredenciamento de editores com agregadores de conteúdo, sendo os títulos removidos das coleções de forma arbitrária. Além disso, deve ser observada a situação de autores que estando sem contratos têm, conseqüentemente, suas obras indisponibilizadas para comercialização ou, por encontrarem-se esgotadas, não estarão disponíveis para licenciamento com as bibliotecas. Estes são alguns aspectos que fragilizam o controle da coleção. Observa-se, portanto, que os modelos de negócios possuem características que afetam o desenvolvimento de coleções, a partir do momento que a biblioteca tenha o conteúdo licenciado removido, cancelado, suspenso ou indisponível, sem a interferência ou, até mesmo, sem a ciência do bibliotecário.

Price (2015), ao comentar os resultados de pesquisa realizada no Reino Unido sobre a concessão remota de livros digitais, destacou, entre outros aspectos, que para 95% dos usuários de bibliotecas a oferta de maior variedade de títulos de obras digitais poderia incentivá-los a realizar ainda mais empréstimos. Aspecto significativo também para o bibliotecário que, na mesma pesquisa, entende ser o empréstimo do livro digital uma maneira de a biblioteca ofertar mais opções de escolha aos seus usuários. Portanto, os modelos de negócios, apesar de suas complexidades, parecem encontrar certa adesão do público, embora, no mesmo estudo, os bibliotecários estimavam gastar até 25% de seus orçamentos em livros digitais - o que, provavelmente, lhes permitiria comprar menos títulos novos a cada ano. Neste mesmo enfoque, Clarabuch (2015), ao comentar pesquisa sobre o uso de livro digitais na Finlândia, destaca que 55% dos usuários de bibliotecas que responderam ao estudo, destacaram que o empréstimo digital os levou a se interessarem mais pela compra de livros digitais. Embora, não seja aqui foco deste artigo, as citações feitas ilustram o possível estímulo à demanda e a compreensão dos modelos que viabilizam a tomada de decisão das bibliotecas em atenção ao seu público.

Salienta-se, ainda, a existência de outras possibilidades na aquisição dos livros digitais, como a opção dos alugueis ou licenciamentos transitórios, atendendo demandas imediatas e pontuais dos usuários. Para exemplificação deste cenário editorial, serão descritos os modelos de negócios: Aquisição perpétua; Assinatura; e os demais tipos de licenciamentos transitórios: STL (*Short Term Loan*, Aluguel de Curto Prazo); DDA (*Demand Driven Acquisition*, Aquisição Orientada por Demanda); e EBS (*Evidence-Based Selection*, Seleção Baseada em Evidência), com destaque às suas características e possibilidades de adoção, realçando as vantagens e os desafios apresentados às bibliotecas. Desta forma, ao fornecer subsídios para identificação dos modelos de negócios, a análise se dará de forma geral, independente da tipologia da biblioteca (universitária, escolar, pública ou corporativa).

A aquisição perpétua é uma opção quando a biblioteca deseja ter o controle da permanência de um título no seu acervo, em similaridade com as edições impressas (GRIGSON, 2011, p.27; MORRIS; SIBERT, 2011, cap.6). Este modelo deve ser empregado para títulos que a biblioteca quer assegurar que permanecerão por longo prazo na coleção (DOUCETTE; LEWONTIN, 2012, p.60; NISO, 2014, p.6). Também se mostra vantajoso caso a biblioteca possua alta demanda dos títulos licenciados, representando acessos constantes. Por outro lado, a prática de preços altos, com valores superando as publicações impressas, é uma dificuldade e pode comprometer o orçamento disponível para crescimento e manutenção do acervo. Embora já seja aplicada com menor intensidade, a prática do embargo é considerada uma restrição, com a biblioteca sendo obrigada a esperar meses para poder realizar o licenciamento de um título novo em sua forma digital.

No licenciamento por assinatura é realizada a contratação de títulos em grandes quantidades, dentro de um período determinado e com custos baixos, sem que ocorra a propriedade da publicação,

mas um acesso temporário (MORRIS; SIBERT, 2011, cap.6). Os pacotes possuem variedade e diversidade de obras, com quantidades variando entre 100 e 1500 títulos (SCHELL, 2011, cap.5), resultando em um único contrato para licenciar diversos títulos. Lalla (2012, p.30) pontua que no licenciamento por pacotes de publicações as bibliotecas devem observar que: 1) nem todos os títulos serão relevantes; 2) podem haver títulos de editores desconhecidos ou de baixo interesse aos usuários; e 3) a qualidade das obras é variada. A adoção deste modelo pode proporcionar agilidade na atualização de títulos que apresentem modificações de conteúdo frequentes e isto deve ser considerado pelas bibliotecas que possuem acervos que sofrem atualizações constantes (GRIGSON, 2011, p.28). Por outro lado, segundo Morris e Sibert (2011, cap. 6), a substituição das edições existentes por novas representa uma fragilidade ao acervo, pois a biblioteca não pode assegurar aos seus usuários que disponibilizará ao menos um exemplar em edições antigas. É evidente que substituir edições antigas por atuais representa uma rápida atualização do acervo, porém, nem sempre uma nova edição possuirá a mesma qualidade de sua edição anterior. Os estudos de evolução dos temas, acompanhados por edições das publicações, ficam comprometidos, sem a garantia de perpetuidade do conteúdo. Assim, as bibliotecas tornar-se-ão locais de informação atualizada, sem a manutenção e a preservação da história de seus registros bibliográficos.

Os modelos STL, DDA e EBS são alternativas de licenciamento interessantes, pois a biblioteca pode optar pelo uso transitório, franqueando aos seus usuários o acesso a obras não pertencentes à coleção. Nestes modelos o fornecedor permite que todos os títulos de seu catálogo sejam consultados pelos usuários, com a cobrança sendo computada de acordo com os acessos realizados.

O STL permite que os títulos sejam alugados por curtos períodos de tempo, sem a necessidade de aquisição permanente do conteúdo. Também possibilita a manutenção da prática do EEB (Empréstimo Entre Bibliotecas), uma vez que é permitido ao usuário a utilização temporária de uma obra externa ao acervo (GRIGSON, 2011, p.29), facilitada pela ausência de custos para deslocamento dos volumes impressos. Ao solicitar o acesso a um título não licenciado, o usuário (e apenas ele) poderá consultar a obra temporariamente por um período de locação. O tempo de utilização é definido pelo fornecedor, com relatos de acessos de 24 horas ou 48 horas (DOUCETTE; LEWONTIN, 2012, p.63), intervalo de dias, semanas (POTER; WEAVER; NEWMAN, 2012, cap.9) ou meses (NISO, 2014, p.5). Os custos do licenciamento temporário variam de 10 a 20% do valor da obra solicitada segundo Grigson (2011, p.29), de 10 a 15%, para Morris e Sibert (2011, cap.6) ou de 10 a 30% de acordo com Rapp (2011b “Cit. Por” PORTER; WEAVER; NEWMAN, 2012, cap.9). Para a Grigson (2011, p.29) o custo do aluguel pode ser considerado caro, afinal a biblioteca está beneficiando somente um usuário, sem aumentar a oferta de títulos aos demais. Por outro lado, não é feito um investimento de longo prazo em um título que representa baixo interesse. Ao bibliotecário cabe analisar que, caso ocorram outras solicitações do mesmo título, se não é adequado inclui-lo no pacote de publicações licenciadas e alterar sua forma de contratação, aplicando condições de licenciamento mais baratas que as praticadas com o STL. Quando feito por longos prazos, o aluguel representa um investimento alto. Nestas situações, a biblioteca deve ponderar se não se mostra vantajoso realizar um licenciamento por período maior, ao invés de realizar diversos alugueis curtos, principalmente se a demanda recorrente for do mesmo usuário.

O DDA assegura uma ampla oferta de títulos aos usuários, com a remuneração do fornecedor ocorrendo após utilização das obras acessadas. Seu emprego pode ser mediado e limitado por um conjunto de regras, e contemplar um gatilho que dispara o licenciamento transitório ou permanente de forma automática. O bibliotecário pode incluir todas as obras do fornecedor para consulta, ou então selecionar quais títulos não licenciados serão disponibilizados para consulta. É possível incluir critérios dos títulos que podem ser acessados como: 1) tipo de conteúdo; 2) data de publicação; 3) assunto; 4) editor; 5) país de publicação; 6) preço; 7) idioma; 8) apenas lançamentos; e 9) formato

(NISO, 2014, p.14). A partir de uma quantidade de acessos (alugueis) realizados, a obra passa a fazer parte da coleção da biblioteca, em processo de licenciamento que ocorre de forma automática. O DDA é um modelo que pode ser aplicado para livros impressos e eletrônicos, embora com estes últimos sua popularidade tenha sido ampliada, encontrando terreno fértil para sua utilização (SERRA; SILVA, 2014, p.7).

O EBS proporciona à biblioteca a garantia de que os investimentos da instituição estão centrados em livros digitais realmente utilizadas pelos usuários, e contribui com o melhor uso dos recursos disponíveis. Neste modelo o fornecedor disponibiliza por um período determinado, normalmente um ano, todo o seu catálogo para utilização dos usuários, com cobrança de valor estimado da quantidade de acessos que serão realizados pela comunidade atendida pela biblioteca. Ao término deste prazo, a biblioteca fará aquisição perpétua dos títulos que foram mais consultados, incluindo ao acervo as obras que despertaram interesse dos usuários. Para tanto, a seleção dos títulos que serão adquiridos tem como base estatísticas de uso ou então são definidas para suprir lacunas na coleção. Assim, são licenciados títulos que efetivamente foram consultados diversas vezes, com risco minimizado de realizar uma aquisição de obras que foram acessadas por um ou poucos usuários. Desta forma, no EBS a biblioteca estabelece com o fornecedor a aquisição de conjunto de títulos que serão incluídos na coleção, onde as publicações não consultadas não representam investimentos ou obrigatoriedade de licenciamentos.

Nos modelos STL, DDA e EBS o usuário tem inúmeras publicações a seu alcance, praticamente como se fosse uma livraria. Para a biblioteca ocorre ampliação do alcance do acervo. Ao pagar somente pelos títulos que foram utilizados, é realizada economia dos recursos, com aumento da oferta de fontes, sem investimento em obras que não serão consultadas repetitivamente. Também facilita a identificação de títulos cujo interesse dos usuários seja sazonal ou desconhecido, contribuindo com a diminuição de esforços de aquisição de obras que apresentam baixa demanda de consulta. Este cenário contribui ainda com conhecimento dos usuários e na estipulação de diretrizes para estabelecimento de políticas de desenvolvimento de coleções. A Aquisição perpétua, além de transmitir o conforto de um processo tradicional de aquisição, aumenta as possibilidades de manutenção do título em longo prazo.

Um fator decorrente das opções de aplicação de tantos modelos de negócios é a possibilidade de alternância entre eles, de acordo com a quantidade de acessos realizados. Os modelos existentes continuam a sofrer transformações, com fornecedores e bibliotecas buscando as melhores alternativas para o licenciamento e para utilização dos conteúdos. A situação representa a necessidade de ajustes nas rotinas e atividades bibliotecárias desempenhadas. Os processos atuais de seleção de livros digitais envolvem mais do que os fatores e critérios tradicionais, mas um variado número de técnicas e de custos.

Os modelos ganham importância na medida que a própria agência de padronização, a *National Information Standards Organization* (NISO), elabora projeto que permita desenvolver práticas recomendadas ao DDA de monografias, estabelecendo orientações para definição de modelo flexível para editoras, fornecedores, agregadores e bibliotecas. Com a publicação da orientação NISO-RP-20-2014, reforça-se o entendimento de que o DDA vem crescendo nas bibliotecas, vindo a firmar-se como uma opção para inclusão de livros digitais aos acervos. Embora ainda existam muitas variações, com fornecedores estabelecendo critérios próprios para licenciamento e utilização de livros digitais, espera-se que este modelo tenha seu emprego expandido, principalmente pela flexibilidade na contratação.

Observa-se que os modelos de negócios não são novidades somente para bibliotecas, mas para fornecedores, que também estão testando possibilidades de licenciamento de conteúdo. Os modelos precisam proporcionar um balanço entre fornecedores, bibliotecas e usuários, pois todos são afetados.

Se o editor não lança livros digitais, as bibliotecas não podem adquiri-los. Se os custos de licenciamento são muito altos, a aquisição fica impossibilitada. Se a biblioteca não remunera o fornecedor pelos títulos utilizados, este não terá condições de atuar no mercado, encerrando seus serviços. Se os fornecedores impõem muitas barreiras tecnológicas para proteger seu conteúdo irão dificultar o acesso do usuário, e este procurará outras fontes ou recorrerá a artifícios não legalizados para acessar os livros digitais. Se as bibliotecas não conseguem oferecer livros digitais aos usuários, estes recorrerão a livrarias ou, novamente, a meios ilegais para obtenção de conteúdos. Os modelos de negócios devem ser desenvolvidos e estabelecidos de forma a atender a todos os elos da cadeia de consumo do livro digital, caso contrário não terão sua perpetuação garantida. É preciso observar as evoluções das discussões e oferta de serviços e relatos de casos de bibliotecas, com o objetivo de estabelecer parâmetros de contratação padronizados entre os fornecedores, facilitando a gestão das bibliotecas e utilização por parte dos usuários.

Conclusões

O uso de livros digitais é um aspecto importante a ser analisado no desenvolvimento de coleções. Neste contexto, as bibliotecas devem garantir ao seu público o acesso aos conteúdos, à informação e à cultura. No entanto, o quadro atual do mercado editorial e seus modelos de negócios para o livro digital não podem ser um empecilho para as bibliotecas cumprirem suas missões essenciais na era digital, especialmente em relação ao desenvolvimento humano.

De acordo com o modelo de negócios adotado, a política do desenvolvimento de coleções será afetada. Nos modelos transitórios a seleção dos títulos que serão incluídos ao acervo é delegada ao usuário, com o bibliotecário podendo definir recortes ou restrições das obras que podem ser acessadas, ou ainda moderando as solicitações. Com os processos de compra sendo disparados por acessos realizados no catálogo na Web, a biblioteca pode ter seu orçamento comprometido caso os usuários não recebam orientações sobre como utilizar os serviços oferecidos. Ao bibliotecário será necessário o acompanhamento das solicitações e utilizações feitas, identificando títulos e formas de licenciamento empregados, visando o melhor aproveitamento dos investimentos realizados para o crescimento do acervo. O acompanhamento de métricas é fundamental, visando identificar títulos que possuem alta procura e que devem ser adquiridos por modelos que permitam uso em longo prazo, ou inclusão de títulos que são alugados recorrentemente em pacotes de assinaturas, ou ainda o aluguel de obras para usos pontuais, sem necessidade de inclusão do título no conjunto dos livros digitais contratados.

Analisando os modelos de negócios e suas implicações no desenvolvimento de coleções, observa-se que os livros digitais representam fragilidade na manutenção de títulos no acervo em longo prazo, mesmo que o conteúdo seja licenciado como Aquisição perpétua. Isto é decorrente dos contratos realizados entre autores, editores, distribuidores e agregadores onde, caso ocorram rescisões ou não renovação de contratos entre as partes, resultam na impossibilidade de comercialização e, talvez, remoção dos títulos comercializados. Como os fornecedores somente podem disponibilizar títulos que estejam ativos em suas plataformas, caso não ocorra uma renovação contratual os itens podem ficar indisponíveis. A mesma situação pode ser empregada a títulos esgotados. Se o livro digital não está disponível para licenciamento, os fornecedores não podem incluí-los ou mantê-los em seus pacotes.

Os resultados esperados com este estudo centram-se na possibilidade de fornecer subsídios aos bibliotecários para identificação e seleção dos modelos de negócios para licenciamento de conteúdo digital, bem como, melhor explorar as possibilidades de utilização dos recursos contratados e os ajustes necessários na gestão do acervo bibliográfico.

Referências bibliográficas

- ALA (2012) - *E-book business model for public libraries*. [Em linha]. [Consult. 18 Out. 2012]. Disponível na Internet: <<http://connect.ala.org/files/80755/EbookBusinessModelsPublicLibs.pdf>>.
- ALA (2014) - *Copyright*. [Em linha]. [Consult. 6 Mar. 2014]. Disponível na Internet: <<http://www.ala.org/advocacy/copyright>>.
- CLARABUCH, C. F. (2015) - Lo más nuevo en préstamo digital en las bibliotecas públicas. [Em linha]. In *Blok de Bid*, 18 Fev.. [Consult. 25 Abr. 2015]. Disponível na Internet: <http://goo.gl/E4uYEL>.
- DOUCETTE, J.; LEWONTIN, A. (2012) - Selecting e-books. In KAPLAN, R. (ed). *Building and managing e-book collection*. Chicago: Neal-Schuman. ISBN 9781555707767. p.51-74.
- EBLIDA (2012) - *As bibliotecas europeias e os desafios da edição eletrônica*. [Em linha]. [Consult. 01 Nov. 2012]. Disponível na Internet: <<http://www.eblida.org/Experts%20Groups%20papers/EGIL-papers/As%20Bibliotecas%20Europeias%20e%20os%20Desafios%20da%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20Eletr%C3%B3nica.pdf>>.
- GRIGSON, A. (2011) - An introduction to e-book business models and suppliers. In PRICE, K.; HAVERGAL, V. (Ed.). *E-books in libraries: a practical guide*. London: Facet. ISBN 9781856045728. p. 19-36.
- IFLA (2012) - *IFLA e-lending background paper*. [Em linha]. [Consult. 06 Abr. 2012]. Disponível na Internet: <http://www.ifla.org/files/assets/clm/publications/ifla-background-paper-e-lending-en.pdf>.
- LALLA, N. J. (2012) - E-book publishing the view from the library. In KAPLAN, R. (ed). *Building and managing e-book collection*. Chicago: Neal-Schuman. ISBN 9781555707767. p.23-34.
- MORRIS, C.; SIBERT, L. (2011) - Acquiring e-books. In POLANKA, S. (ed.). *No shelf required: e-books in libraries* [Em linha]. Chicago: American Library Association. ISBN 9780838910542. Cap. 6
- NISO (2014) - *Demand Driven Acquisition of monographs* [Em linha]. Baltimore (MD): NISO. [Consult. 30 Jun. 2014]. Disponível na Internet: <<http://www.niso.org/publications/rp/rp-20-2014>>.
- POTER, M.; WEAVER, M.; NEWMAN, B. (2012) - E-book sea change in public libraries. In POLANKA, S. (Ed.). *No shelf required 2: use and management of electronic books* [Em linha]. Chicago: American Library Association. ISBN 9780838993842. Cap.9.
- PRICE, G. (2015) - UK: finding from study on remote library lending of e-books published. [Em linha]. In *INFO DOCKET; Library Journal*, 07 de Jun. [Consult. 8 Jun. 2015]. Disponível na Internet: <http://www.infodocket.com/2015/06/07/uk-findings-from-study-on-remote-library-lending-of-e-books-published/>.
- SCHELL, L. (2011) - The academic library e-book. In POLANKA, S. (ed.). *No shelf required: e-books in libraries* [Em linha]. Chicago: American Library Association. ISBN 9780838910542. Cap.5
- SERRA, L. G.; SILVA, J. F. M. (2014) - Licenciamento de livros eletrônicos e o modelo de negócio DDA (Demand Driven Acquisition) [Em linha]. In SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18, Belo Horizonte, 2014. *Anais*. Belo Horizonte: UFMG. p. 2079-2084. [Consult. 11 Dez. 2014]. Disponível na Internet: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/79-2084.pdf>.
- SHEEHAN, K. (2013) - *The ebook revolution: a primer for librarians on the front lines* [Em linha]. Santa Barbara, CA: ABC-CLIO. ISBN 9781610691833.